

## **Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII**

**Oswaldo Munteal Filho**

**Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da UERJ**

**Nashla Dahás**

**Bolsista de iniciação científica PIBIC/UERJ**

### **Introdução:**

Os estudos sobre os processos de sociabilidades intelectuais tem adquirido uma aceitação significativa do público leitor, e dos meios intelectuais e acadêmicos contemporaneamente. Quem são os intelectuais do século XXI ? Na Idade Média os clérigos representavam o centro do saber imortalizado pela idéia de direito divino. A crise da consciência burguesa inaugura um conjunto de novos procedimentos no que concerne a sociabilidade intelectual setecentista. As análises de D. Roche, C. Ginzburg e R. Darnton mostram com clareza, o impacto das transformações observadas nas mentalidades coletivas, para a criação de um novo contexto que serviu de base para a construção das idéias seculares durante a modernidade européia.

O movimento enciclopedista tem se constituído num dos principais focos dos estudos de história, e teoria das idéias em torno do século XVIII. O antigo regime se notabilizou por uma intensa troca de conhecimentos, culturas e costumes no seio da sociedade de corte. As “sociedades de corte” que se multiplicaram pela Europa entre os séculos XV e XVIII eternizaram como verdadeiras pedras preciosas as formas de sociabilidade, padrões de comportamento e de etiqueta, e, essencialmente o combate perseverante dos soberanos em torno da unidade do poder do Estado.<sup>1</sup>

Portugal certamente não foi diferente de tudo isso. Uma das chaves para a compreensão da crise do antigo regime ibérico está precisamente situada num território aparentemente insondável, no caso refiro-me as transformações observadas no seio da própria sociedade lusa, e o “consentimento” desta, relativamente ao espírito conspiratório

---

<sup>1</sup> Muitos historiadores dedicaram-se ao estudo das diversas formas assumidas pelo antigo regime em espaços e tempos diversos. Devemos destacar que os trabalhos de António M. Hespanha, Norbert Elias e José A. Maravall forneceram elementos teóricos para as reflexões desenvolvidas neste estudo sobre as relações de poder na modernidade européia e o seu impacto sobre a península ibérica.

desenhado após a queda do marquês de pombal. O espírito desta época de reformas possui este ângulo privilegiado. O futuro rei João, aclamado na América, foi o resultado de um ambiente cultural, político e intelectual ao mesmo tempo hostil e tributário do legado pombalino.<sup>2</sup>

A história política do antigo regime, da Ibéria ao Oriente, foi marcada essencialmente por uma luta tenaz do poder soberano pela superioridade estamental, face ao constante movimento de forças interdependentes que se rearticulavam o tempo todo em busca de ganhos efetivos, seja em termos pecuniários, seja através do acúmulo de prebendas e vantagens nobiliárquicas. Um dos motivos condutores do antigo regime era manter este difícil equilíbrio de forças. O príncipe D. João em meio aos quadros políticos e intelectuais que se lhe apresentavam, administrou um império em crise e um reino potencialmente marcado por um aparelho burocrático sintonizado com a política colonial em curso em fins do século XVIII.

Mas afinal o que foi o Mundo de Queluz ? Em muito pouco ele se diferenciou de outras cortes no que se refere às formas de sociabilidade típicas do antigo regime. Versalhes foi o espelho de todas as sociedades de corte. Seguida do Prado, das sedes dos principados italianos e alemães, por Viena de Dona Maria Teresa, ou mesmo pela corte papal. O oriente europeu também não ficou atrás, com as cortes de Pedro e Catarina na cidade de São Petersburg. Os Estados modernos partilhavam um fim comum, ou seja, a centralização monárquica. Através dela foi possível atingir dois outros objetivos: a construção de um centro de sacralização e culto do poder secular e a institucionalização do carisma monárquico. Toda a etiqueta do antigo regime era estabelecida nesse sentido. Queluz, símbolo do poder mariano e joanino, viveu uma realidade bem distinta que comportou diversas concepções políticas, filosóficas e cortesãs dentro de um mesmo ambiente de culto ao soberano.

---

<sup>2</sup> A historiografia do século XVIII português, especialmente quanto a este aspecto tem uma importante contribuição em: David Francis. Portugal 1715-1808 - joanine, pombaline and rococo Portugal as seen by british diplomats and traders. London. Tamesis Books Limited. 1983.

### **A Corte Mariana e Joanina e a sociabilidade intelectual setecentista**

O absolutismo ilustrado lusitano pós pombalino, à época do reinado de D. Maria I e da regência do príncipe Dom João, demonstrou que era capaz de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias, como uma força econômica remobilizadora do Império Colonial. Adviria daí, conseqüentemente, a fonte da “regeneração” do reino como um todo, para utilizar uma expressão da época. A orientação pragmática da geração de burocratas criados no reinado de Dona Maria I foi coincidente ou mesmo teria consistido no resultado das ações em torno da criação de uma instituição que abrigasse os homens de Estado, órfãos, da Época Pombalina. O reformismo ilustrado pombalino tentara resolver alguns problemas de ordem material e de natureza pedagógica, sem no entanto permitir a autonomização das instituições que formaram o aparelho de Estado. O Estado burocrático deve ser compreendido como um processo tendencial à autonomização relativamente aos estamentos eclesiásticos e nobiliárquicos no contexto da secularização geral da sociedade. Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais relevante e, talvez, imperioso, a atuação de um grupo de intelectuais que servisse de ancoragem às demandas reformistas de novo tipo, encaminhadas pelo poder régio. O centro aglutinador de um novo ideário reformista, que atuasse como a base teórica e política do reformismo ilustrado pós-pombalino, foi a Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 31 de dezembro de 1779, debaixo da proteção régia.

Enquanto o *Mundo de Queluz* conspirava, a Academia das Ciências inaugurava um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Os acadêmicos lisboetas projetavam o fomento econômico, elaboravam Memórias e preparavam instruções para os naturalistas do Ultramar português. Elaborou-se desta forma, uma nova pedagogia ilustrada no espaço cultural luso-brasileiro. Queluz catapultava para a ribalta dos ministros lusitanos um pombalino exemplar, o ultramarino-estrangeirado Dom Rodrigo de Souza Coutinho, responsável por muitas inovações e defensor de outras.

No ritmo de todos estes acontecimentos políticos e citadinos, sai de cena a Universidade de Coimbra, como o centro do debate intelectual, e assume uma posição

especial a Academia Real das Ciências, como o lugar do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural.

A orientação durante o reinado mariano era para que se desse a inclusão de exilados ou excluídos da vida política pombalina, como o abade José Correia da Serra, munido do pensamento naturalista de uma forma abrangente, e dos seus contatos com a tradição intelectual botânica continental. O reconhecido naturalista foi, neste período pós-pombalino, um dos mais importantes articuladores da ação científica utilitária aliada ao interesses do Estado da “viradeira”.

Mudavam os preceptores do poder régio, afinal o século das Luzes foi o século dos preceptores, e alteraram-se os ícones da fé. Os homens formados dentro das orientações do reformismo-estrangeirado pombalino, como por exemplo a segunda geração representada por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Domenico Agostino Vandelli, João da Silva Feijó, Joaquim de Amorim Castro e Júlio Mattiazzi, deveriam passar a trabalhar, após 1777, lado a lado com os antigos rivais e exilados políticos: José Correia da Serra, Teodoro de Almeida, Duque de Lafões e a Marquesa de Alorna.

A Academia Real das Ciências de Lisboa e as orientações deflagradas pelo Palácio de Queluz se constituíram nas principais artérias do novo centro do poder mariano, e foram as “instituições” responsáveis pelo desenho do novo Estado fomentista utilitário.

Passamos a observar, a partir deste momento, um verdadeiro laboratório de tensões corporativas, que será investigado através de um dos cenários pós-pombalinos mais relevantes: a Academia das Ciências, produtora de uma concepção de mundo científicista, pragmática e, sobretudo, política. A defasagem de Portugal era estrutural, se considerarmos os seus principais rivais no continente. Cabia, então, aos membros do grupo ilustrado mariano resgatar a função de um Estado consistente e potencialmente reformador. O Estado mariano da “viradeira” sinalizava para um reordenamento da exploração colonial que viabilizasse um retorno dos rendimentos da Coroa através do mundo natural das colônias.

Os caminhos da ilustração luso-brasileira passaram por uma estratégia voltada para um projeto de reaparelhamento da burocracia, secularizada no tempo de Pombal, e para uma tendência ao investimento no sentido do trabalho coletivo e útil dos acadêmicos lisboetas. A mudança do regime teve por designação básica, o nome de “viradeira”. A ação norteadora desta alteração de rumo político foi marcada,

preliminarmente, pelo decreto definido pelo Palácio de Queluz, que inicialmente indicara a pena de desterro para o Marquês de Pombal.

Com as ações do Estado burocrático, a rainha Dona Maria I passou a cancelar, incentivar e proteger os estabelecimentos científicos - Laboratórios de Experimentação e Gabinetes de História natural -, a Academia das Ciências de Lisboa e as demais agremiações científicas e literárias na metrópole e no mundo colonial, que, de alguma maneira, servissem de apoio à política fomentista do Estado luso.

A administração pombalina, no entanto, foi responsável pelo primeiro impulso ou estímulo para os mecanismos que viabilizaram a emergência de uma cultura das ciências exatas e da natureza, graças a reforma de 1772, a fundação do Colégio dos Nobres de Lisboa, e a conseqüente supressão do poder dos jesuítas. Tudo isto convergindo para um processo de laicização do ensino superior e médio. A ênfase do reformismo mariano estava centrada no trabalho coletivo apoiado nas articulações estatais.

O novo despotismo mariano centrou-se no fomento às instituições que suportassem a estratégia reformista ilustrada de orientação naturalista-utilitária, representada basicamente pela Academia das Ciências. Os reformistas portugueses do ultramar, em sua maioria reconhecidos tecnicamente desde a época pombalina, fundamentaram os seus projetos de recuperação econômica do reino, essencialmente, numa concepção de trabalho intelectual coletivo. A produção científica luso-brasileira estabeleceu-se numa estreita relação de dependência frente à rainha, porém, com uma certa margem de manobra quanto à formulação de linhas de ação do Estado, sobretudo no que se referia à política de exploração e fomento para o ultramar.

A iniciativa individual e isolada foi substituída, progressivamente, em Portugal, pela ação científica coletiva e desmistificadora no plano político.<sup>3</sup> O enfoque do Estado burocrático relativamente à administração pombalina pode ser definido como um movimento de esvaziamento da figura do déspota, na razão direta do fortalecimento das práticas discursivas ministeriais inspiradas nos influxos do pensamento ilustrado que começavam a povoar a mentalidade reformista luso-brasileira.

A meta inicial da Academia das Ciências era o investimento num projeto de redefinição dos cânones mentais e político-estratégicos voltados para uma espécie de busca

---

<sup>3</sup> Cf. a este respeito: Franco Venturi. *Utopia e riforma nell' illuminismo*. Torino: Einaudi, 1970.

sistemática de um conhecimento científico útil ao Estado. Devemos ter em mira que o processo crescente de conquista do mundo natural das colônias ultramarinas empreendido pela Academia Real das Ciências de Lisboa, através da inteligibilidade de sua natureza física, pode ser compreendido a partir de uma visão mais abrangente, que venha a inserir a luta política e a ação administrativa como as fontes mobilizadoras do reformismo mariano.

O conjunto da produção da Academia das Ciências sobreviveu debaixo da hegemonia de um grupo de intelectuais experimentados, egressos da última geração dos quadros pombalinos, e em vias de adaptação às novas exigências concretas da economia portuguesa e aos novos tempos do Estado burocrático, hierárquico e estamental.

O reformismo ilustrado, a partir dos seus Projetos e Memórias, apresentava apenas um movimento tendencial, funcionando como uma espécie de engrenagem, que aliava a força do Estado Reformador, herdado do período josefino, com a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural e científica típica do antigo regime português das duas últimas décadas do século XVIII.

As diversas concepções de mundo abrigadas no *Mundo de Queluz* produziram tensões que resultaram em um projetismo reformista pragmático, que procurou agregar algumas das tendências intelectuais dominantes no seio da Academia das Ciências, apontando para um núcleo de ação comum, voltado para a regeneração material do reino. O *Mundo de Queluz* desejava com todas as suas forças que o reformismo ilustrado português aliasse a presença de um poder régio forte e relativamente invasivo à reflexão fomentista de base ilustrada. A política estabelecida com os administradores e memorialistas de Dona Maria I acaba por condicionar a Academia aos seus planos e demandas.

A alternativa vislumbrada pelos reformistas ilustrados da Academia vinculava-se a uma aliança entre a ciência e a política. A ciência a serviço do poder régio foi o campo privilegiado das ambivalências - palavra chave para o nosso problema - e da venalidade, atitude típica e vital do antigo regime, que acabou por envolver todo o movimento da “viradeira”, através das redes clientelares que se formaram na política portuguesa, como mecanismo de repúdio e de exclusão parcial dos quadros intelectuais e burocráticos pombalinos. A Academia das Ciências de Lisboa não foi marcada, necessariamente, pela liberdade do pensar individual debaixo da forja liberal, mas pelas concepções de políticas coloniais, atreladas ao poder régio renovado e reestruturado mas ainda parcialmente

comprometido com a orientação mercantilista.<sup>4</sup> O Estado era o coração, e a Academia uma artéria vital que drenou e alimentou constantemente a Coroa de possibilidades de recuperação econômica. O *Mundo de Queluz* e a Academia Real selaram uma sólida aliança, fundada na esperança da regeneração de Portugal pela via da política colonial ultramarina. O Estado foi o lugar privilegiado da nova convivência, tendo como endereço o Palácio de Queluz. O *Mundo de Queluz* foi edificado no contexto da territorialidade das ambivalências. Os intelectuais estavam abrigados debaixo da proteção e, conseqüentemente, da vigilância régia, sobre as diversas vertentes do pensamento econômico-pragmático português produzido no interior da Academia das Ciências.

A Academia ultramarina e, desafortunadamente, continental, foi o ponto de contato de Portugal com o mundo do conhecimento racional e com a epistemologia das Luzes.

O espaço privilegiado de sociabilidade ou de encontro para o exercício de uma cultura científica, prática, perspectivada pelo fomentismo, foi precisamente localizado na Academia Real das Ciências de Lisboa. O trabalho dos acadêmicos foi o ponto de rotação da política colonial lusitana, em função, inclusive, das declaradas intenções do *Mundo de Queluz*<sup>5</sup> no sentido de promover e incentivar as investigações e os estudos nos ramos das ciências chamadas, à época, de “cimeiras”, das quais se aguardava uma irradiação dos seus ensinamentos para as sociedades de letrados nas colônias ultramarinas.

A Academia das Ciências, alicerçada no *Mundo de Queluz*, concorreu decisivamente para a emergência de uma comunidade reformista-ilustrada luso-brasileira, de orientação pragmática e utilitária. Os acadêmicos lisboetas investigaram incansavelmente a natureza tropical das colônias, assim como os seus fundamentos morfológicos, na busca de uma resposta aos anseios fomentistas de Queluz. Havia um clima favorável aos estudos botânicos de uma forma mais ampla, do que se valeu a Academia Real das Ciências para mais facilmente impor a sua visão de mundo.

---

<sup>4</sup> Ver sobre esta dimensão do nosso problema: Francisco J. C. Falcon. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (4a. edição). Especialmente a discussão travada acerca da historiografia clássica do mercantilismo, assim como a exposição dos seus mecanismos de funcionamento. Além disso, apropriamo-nos amplamente da formulação seguida por F. Falcon sobre a perspectiva mercantilista e as suas interconexões com o Estado absolutista. Quanto a algumas possíveis especulações sobre as raízes do mercantilismo ibérico, conferir: Sebastião José de Carvalho e Melo. *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa / Série Pombalina, 1986.

<sup>5</sup> Ver a este respeito a obra de um dos tradicionais historiadores oficiais da “viradeira”: Mário Domingues. “Luta-se por desenvolver a instrução primária e funda-se a Academia das Ciências.” In: *D. Maria I e a sua época*. Lisboa: Edições Romano Torres, 1972. pp. 23-32.

Com o aprofundamento do processo de secularização ao longo da época moderna, a contemplação e a exploração da Natureza converteram-se numa das prioridades reflexivas dos letrados e dos práticos do mundo das Luzes. Este movimento pode ser observado através dos relatos das experiências dos viajantes e dos diagnósticos dos naturalistas enviados para o Novo Mundo, assim como pelas representações dos riscadores ou desenhistas sobre os chamados “três reinos da natureza”.

No século XVIII europeu e americano, os estudos de caráter investigativo se intensificaram com a proliferação das sociedades literárias, das academias científicas e dos salões literários. O centro aglutinador do ideário ilustrado pós-pombalino foi a Academia Real das Ciências de Lisboa. Os reformistas ilustrados, fossem luso-brasileiros ou estrangeiros, partilhavam de um “sentimento comum”: reconheciam na Academia o lugar preciso para abrigar as modernas concepções da ciência, bem como o cenário para novas reflexões no campo das teorias econômicas, com alguma ênfase nos princípios e sugestões fisiocratas. Não estava excluído deste quadro o interesse pela descoberta de um espírito especulativo, ainda que de matriz quase exclusivamente experimentalista, que se encontrava adormecido na península ibérica. O pacto mais importante entre a ciência e o Estado se realizava nos termos da utilidade de todo este esforço acadêmico, para dar efeito aos objetivos fomentistas do poder régio.

A obra da ciência da natureza, de certa forma, se fazia dentro e fora dos Gabinetes, Museus e dos Laboratórios de História Natural. Nestes ambientes os códigos do Novo Mundo eram decifrados, e ampliavam-se assim os horizontes para outras viagens. Os caminhos da ilustração luso-brasileira seguiam os passos da experiência aliada à ação política. Não havia espaço para a alienação dos sócios da Academia, em função das exigências e demandas do *Mundo de Queluz*. A ação política foi, de certa maneira, compulsória. Movidos pela alteração da base estamental de apoio à ciência, a solução mais imediata foi alternar homens de Pombal aos agentes recém-chegados e comprometidos com o “espírito” da “viradeira”. O estímulo mais incisivo permaneceu, tal como na época pombalina, referido à formação de uma nova geração de diplomatas e funcionários públicos especializados. Agregada a esta ação, o poder régio orientou-se para um investimento no primado do raciocínio, da experiência e da utilidade, na formação de quadros preparados



para a “arte de navegar” pelo mundo natural das colônias, desta feita, tendo como instituição-eixo a Academia Real das Ciências de Lisboa.<sup>6</sup>

Devemos, portanto, sublinhar o papel da Academia “não só ao nível científico e literário, mas também ao nível do ensino e do debate sobre a instrução pública, sendo-lhe por diversas vezes cometida a responsabilidade de apresentar pareceres sobre as reformas do ensino”. O movimento no interior da Academia ficou conhecido entre os sócios pelo nome de projetismo. O exame mais detalhado e contínuo, voltado para questões práticas e mais imediatas, recebeu a denominação de memorialismo no âmbito da produção intelectual da Academia das Ciências.

A partir de meados do século XVIII tornou-se intenso o investimento das autoridades metropolitanas no estudo metódico da natureza física dos domínios ultramarinos. Através de uma complexa rede de trocas de produtos naturais entre as colônias, com a finalidade central de aclimatá-los e prepará-los para diversas destinações, o conhecimento da natureza física foi sensivelmente ampliado em Portugal. Este movimento pragmático e cientificista foi proporcionado pelas experiências desenvolvidas nos laboratórios de experimentação, pelos estudos realizados nos museus de história natural, em Coimbra e Lisboa, e pela efetiva concretização de investigações naturalísticas nas instituições, ou estabelecimentos congêneres, na metrópole e no mundo colonial.

A situação colonial concorreu para a formação de uma espécie de sub-grupo naturalista-utilitário dentro da Academia Real das Ciências. O grupo naturalista da Academia expressava a base do projeto reformista ilustrado que, na época, lutava para se tornar hegemônico entre as alternativas de reforma e racionalização do Estado existentes, diante da sangria proporcionada pelo esgotamento do modelo de exploração colonial. Os naturalistas deviam reproduzir o espaço natural existente nas colônias, “transportando-o” para os estabelecimentos científicos lisboetas, como o museu de história natural da Academia. O grupo de intelectuais / ilustrados naturalistas zelava pela coordenação das viagens, que, por sua vez, incentivavam o fomento da ciência da agricultura nas colônias. Os naturalistas luso-brasileiros sentiam a necessidade de conferir uma prática científica ao exercício botânico e zoológico que empreendiam intelectualmente nos estabelecimentos

---

<sup>6</sup> Devemos lembrar aqui um trabalho pioneiro acerca da atuação dos diplomatas lusos com relação aos interesses de base utilitária e fomentista. Ver neste sentido: Rómulo de Carvalho. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

investigativos, tendo como base as instruções dirigidas ao tratamento dos elementos oriundos do mundo natural, trazidas da França e de outros países adiantados nesta área.

As manifestações de interesse pelo mundo natural espelhado na natureza do Novo Mundo, partidas de nobres cortesãos, naturalistas e burocratas, estavam cada vez mais vivas nos tempos do Estado burocrático. O Estado burocrático, representado pelo despotismo ministerial mariano e pela nobreza cortesã da “viradeira”, deveria intervir e ser o grande mediador entre a Coroa lusa e os intelectuais-ilustrados. Referimo-nos aqui a um modelo estatal compartilhado formado por uma fração da nobreza cortesã comprometida com o ideário reformista, pela burocracia comandada pelo Conde de Linhares e, finalmente, pelo sub-grupo naturalista-utilitário da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Além disso, a Academia investiu na criação de um Gabinete de História Natural e na formação de uma Biblioteca para os sócios efetivos. Ambos os mecanismos ofereceram um suporte científico e auxiliaram os sócios nas suas investigações sobre a natureza. A dedicação às práticas científicas contidas nos livros, a divulgação dos “impressos” contendo as instruções aos naturalistas, pelo império colonial ultramarino, e os trabalhos empíricos realizados nos Gabinetes e Museus de história natural luso-brasileiros, formam o eixo institucionalizado da produção intelectual dos sócios.

O florescimento das idéias reformistas-ilustradas entre os lusos dependia das ligações, cada vez mais cúmplices, entre a ciência e o poder na época do Estado burocrático em Portugal. Esta discussão envolve uma problemática mais abrangente, que se relaciona às causas internas e externas da eclosão dos movimentos científico-culturais de cunho pragmático. A internalidade e a externalidade dos fenômenos científicos referem-se às tensões entre a instrumentalização do conhecimento pela política e a “necessidade” do aprofundamento das temáticas especulativas frente à utilidade econômica dos progressos efetivados através do “contato” investigativo com o Mundo Natural das Colônias. Os periódicos literários e científicos lusitanos da época do Estado burocrático (1780-1808 ) igualmente integraram esta ambiguidade de cunho mental e político. Um desses periódicos foi o Jornal Enciclopédico, criado em 1779 por um dos principais sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, o “espreitador” da natureza Félix António Castrioto. A ênfase maior do periódico estava direcionada no sentido de premiar os concursados na “arte de refletir”. F. A. Castrioto afirmava que a publicação visava a utilidade e o bem público, que,

por sua vez, significavam, de certa maneira, a dimensão mais “filosófica” do Estado. O Jornal Enciclopédico talvez tenha se constituído no mais importante periódico luso-brasileiro da época, ainda que pouco estudado. Além dele, devemos mencionar o Jornal de Coimbra e a Gazeta Literária de Lisboa como importantes fontes para a discussão dos processos de disseminação do reformismo ilustrado na segunda metade do século XVIII.

A equação do reformismo da Academia Real das Ciências de Lisboa pode ser sintetizada pela seguinte fórmula: processo crescente de sociabilidade intelectual adicionado à idéia de difusão do conhecimento acumulado através da experiência. O *Mundo de Queluz* desejava visualizar um conhecimento ordenado da América Portuguesa, que rompesse com o isolacionismo cultural lusitano frente ao continente europeu. Os periódicos conferiam uma dimensão pedagógica ao conhecimento que invadira os círculos letrados portugueses e ultramarinos.

Os reformistas do *Mundo de Queluz* deveriam, ainda, dominar o vocabulário das Luzes, sem necessariamente penetrar nos meandros do discurso em torno das questões políticas, jurídicas e filosóficas. Havia, por parte da Coroa, um evidente investimento num conhecimento rápido, ágil e, sobretudo, de fácil comunicação entre os portugueses. O saber ilustrado deveria alcançar também os naturalistas e letrados do Novo Mundo, e especialmente os “administradores” - como no caso dos vice-reis - das investigações naturalísticas. O trabalho dos agentes do poder régio estava articulado, em última instância, às demandas do Estado burocrático, que tomara as rédeas do esforço coletivo dispendido pelos intelectuais ilustrados.

O memorialismo ilustrado luso-brasileiro deslanchado pela Academia Real das Ciências de Lisboa criou não só uma “geração” de homens esclarecidos, mas foi capaz de, a partir de 1779, restabelecer o reformismo após a morte de Pombal. A Academia impôs, apoiada no *Mundo de Queluz*, um verdadeiro movimento ou projeto de descrição do mundo natural das colônias, com base na literatura das Luzes e no conteúdo experimental do método científico, ambientado nos espaços de sociabilidade intelectual, assim como nas viagens filosóficas.

O segredo do reformismo mariano mobilizou-se através do “Plano” construído pelas Memórias, do “Contato” permitido pelos jardineiros botânicos que trabalharam a relação com o mundo natural nos Gabinetes e nos Jardins, e, finalmente, da “Viagem” feita de uma

forma real e metafórica, refletida no projeto de reprodução do Novo Mundo a partir da montagem da Natureza como um Teatro.

### **Os espaços de sociabilidade intelectual e o reformismo ilustrado luso-brasileiro: jardins, laboratórios e Museus**

Pádua era o mundo dos naturalistas, particularmente do jardineiro da rainha Júlio Mattiazzi, o mundo da sua infância e das suas plantas. O jardineiro habituara-se com o mundo da ciência de W. Harvey a partir das aulas de medicina e de história natural do seu mestre das produções naturais, o Dr. Domenico Agostino Vandelli. Além disso, aprendeu muito com os ensinamentos dos naturalistas teóricos formados pela Escola de Pádua, que acabaram por marcar a sua formação acadêmica e caracterizar a sua visão de mundo voltada para a aventura da redescoberta do mundo natural das colônias. Pelo menos até 1768 a memória de Júlio Mattiazzi remontava a este espaço de sociabilidade intelectual e científica, quando então transferiu-se, com o professor de medicina e jardineiro Domenico Agostino Vandelli, como seu jardineiro pessoal, para Coimbra, a convite do Marquês de Pombal, no contexto da reforma dos estudos superiores de 1772, reforma esta que acabou por alterar de maneira significativa os estatutos da veneranda Universidade. Mattiazzi deveria atuar administrativamente sobre uma espécie de rede ou de uma densa estrutura de relações entre os homens que partiam para o Império Colonial e os projetos estabelecidos pela Academia das Ciências.

O processo de criação de um espaço de sociabilidade intelectual, deflagrado pela Academia das Ciências, engendrou uma forma de comunicação cotidiana, de cunho naturalista-utilitária, entre os sócios, e uma nova atitude científica fundada numa concepção coletiva de trabalho intelectual. Em Portugal, a partir do último quartel do século XVIII, as viagens tornaram-se relativamente freqüentes e cada vez mais especializadas e preparadas por riscadores ou desenhistas, jardineiros-botânicos, naturalistas e filósofos da natureza.

Para os acadêmicos lisboetas, fiéis vassalos da rainha e do absolutismo, a prioridade era revigorar as bases do sistema colonial e estabelecer uma nova política ultramarina voltada para as potencialidades do mundo natural das colônias, redescobertas metodicamente pelo reformismo da Academia Real das Ciências. O reinado de D. Maria I e

do príncipe regente D. João objetivara elaborar, desta forma, um grande mapa científico das colônias.

Aclimatar e descrever a História das Plantas marcaram a atividade intelectual e burocrática do jardineiro que trabalhava debaixo da proteção da rainha D. Maria I e a serviço dos acadêmicos reformadores lisboetas e do Ministério da Marinha e dos Domínios Ultramarinos sob as ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho.

A forma pela qual foi manifestada esta inclinação ilustrada foi o resultado das condições de sociabilidade exibidas em Portugal e pelos limites impostos pelo absolutismo. devemos considerar que a mentalidade artesanal de cunho individual, que marcou os primórdios da época moderna, cedeu espaço no século das Luzes a um tipo de organização do trabalho científico voltado para um sentido de sociabilidade intelectual coletiva. Complementarmente, gostaríamos de afirmar ainda, que o século XVIII foi o tempo da difusão ou disseminação de uma cultura da prática científica cotidiana, acompanhada do poder que a ciência começava a exercer, instrumentalizada ou, na maioria das vezes, a serviço do Estado Absolutista.

Mattiazzi realizava os seus experimentos no Real Gabinete de História Natural do Jardim Botânico do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda. Neste ambiente o jardineiro incrementava os seus estudos naturalísticos e preparava cotidianamente os viajantes que itineravam pelo mundo natural das colônias. O Real Gabinete da Ajuda era o lugar onde o jardineiro da Rainha tentava transformar as experiências realizadas no Novo Mundo em um “estado de espírito” que fosse além da intuição e alcançasse um conhecimento científico efetivo e útil. Tratava-se de buscar um modelo para Portugal que articulasse a vida do espírito à dos sentidos. Os três reinos da natureza deveriam ser investigados metodicamente, no Real Gabinete, presididos pela história natural e pelos estudos sobre a agricultura, entendidas como fontes de acumulação de riquezas para o Estado.

A fundação dos espaços de sociabilidade intelectual representou um dos eixos da política fomentista assumida pelo poder régio. O processo de centralização da ciência se acentuou com os papéis assumidos pelo Real Jardim Botânico de D. Vandelli e pela própria trajetória do naturalista em Coimbra, aspectos que trataremos na segunda parte deste capítulo, e, sobretudo, pelo Real Gabinete de História Natural de Júlio Mattiazzi, localizado no Palácio da Ajuda, em Lisboa. A estes estabelecimentos científicos vieram a somar-se os

Laboratórios de Química, os Gabinetes de Física, um Observatório Astronômico e outras instituições similares nas duas cidades. A Academia das Ciências incentivava a proliferação de instituições como Observatórios, Laboratórios e Gabinetes de História Natural em Portugal e pelo Império Colonial. Estas instituições ficavam subordinadas às orientações dos acadêmicos lisboetas, principalmente ao Secretário da Academia, especialmente ao abade José Correia da Serra e aos seus colaboradores mais diretos. Vandelli, cada vez mais Domingos, era um dos principais sócios da Academia e um articulador chave da conexão entre os estabelecimentos científicos na metrópole e nas colônias. Soube como poucos distribuir funções entre os burocratas e naturalistas em Portugal e na América Portuguesa.

As viagens filosóficas pelo mundo colonial ficaram sob a ação de alguns exploradores chefes: João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva ( Angola e Cabo Verde ), Manuel Galvão da Silva ( Moçambique e Goa ) e Alexandre Rodrigues Ferreira e Joaquim Velloso de Miranda ( América Portuguesa ); todos sob a dupla coordenação de Mattiazzi e Vandelli no tocante à administração científica das remessas.

O diretor do primeiro Jardim Botânico de Coimbra, Domenico Vandelli, começou a dividir as suas atividades após a reforma da Universidade. Passou a frequentar constantemente os ambientes intelectuais e cortesãos lisboetas, sobretudo após a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Face a esta realidade de acúmulos administrativos e relações sinecuriais, Vandelli nomeou definitivamente Júlio Mattiazzi, homem de sua confiança e da futura rainha, a partir de 1773, como responsável pelo Real Gabinete da Ajuda, para que pudesse desta forma dedicar-se ao desenvolvimento do projeto de criação de uma Academia das Ciências em Portugal.

De 1768 a 1779, os italianos, ao lado de portugueses estrangeirados e de naturalistas luso-brasileiros, organizaram uma complexa rede de estabelecimentos científicos, criaram cargos administrativos em Portugal e no além mar, empreenderam viagens e promoveram contatos com o estrangeiro. Tudo isto fomentado pelo Estado luso. O Ministério do Ultramar, representado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, era o elo objetivo entre a ciência e o poder. Esta Secretaria de Estado acompanharia em detalhes as viagens e o inventário do novo mundo singrado pelos exploradores-naturalistas.

A importância destas instituições pode ser flagrada quando lemos, por exemplo, um ofício enviado de Queluz, com as recomendações de Dom Rodrigo para Vandelli na Ajuda, constando a seguinte orientação:

“O Príncipe Regente N. S. manda remeter a V. Mce. um ramo da árvore de cravo do Pará, que o Governador e Capitão General daquela Capitania enviou com ofício de 2 de fevereiro, cuja cópia lhe transmito, para que haja de fazer classificar a referida Planta convenientemente, lembrando por esta ocasião a V. Mce. a importância de aumentar o nosso Horto Botânico, pondo-o em estado de poder servir de instrução e de ser útil.”<sup>7</sup>

Para estas tarefas práticas os jardineiros da rainha contavam com a literatura periódica e especializada da época. Alguns estudos, entretanto, sequer encontravam-se impressos e eram manuseados artesanalmente de um naturalista a outro sob a forma de pequenas instruções ou mesmo debaixo da forja de longos tratados comentados sobre a história natural.

A originalidade e a especificidade da ilustração luso-brasileira estava, de certa maneira, mais presente na forma e na intenção do que propriamente no conteúdo das discussões científicas. Ainda que possa parecer uma justificativa voluntarista, devemos ter em mira que a simples atitude de singrar o conhecimento pela experiência, através da leitura científica e da intercomunicabilidade entre os letrados, acabou por se revestir de grande significação para o movimento reformista em Portugal. Exceção feita aqui à França, que desenvolveu através dos seus intelectuais ilustrados um profundo percurso pelos chamados Sistemas da Natureza. Os ibéricos e os americanos, por outro lado, não constituíram um corpo doutrinal autonomizado e original.

Para além dos condicionalismos econômicos e ações políticas fomentistas de tipo agrária, acreditamos que as tentativas de aclimação e uso das plantas relacionaram-se, na origem, à reforma da Universidade de Coimbra, com o conseqüente incremento do estudo da botânica. Mais tarde, o fomento científico associado à agricultura teve o seu arranque com o papel assumido pela Academia das Ciências como norteadora das ações econômicas e especulativas no Novo Mundo, tendo agora a história natural como eixo.

---

<sup>7</sup> M.Z.A.U.L. CN/C.94.

A atuação de Dom Rodrigo como ministro da Marinha e Ultramar ( 1796-1801 ) foi decisiva pois acentuou o impulso dado às ciências da natureza e, designadamente, à botânica. Este movimento foi possível com o ensino acadêmico voltado para o mundo natural, através das práticas científicas laboratoriais e das leituras das obras de Vandelli, Mattiazzi, Franzini, Dalla-Bella, Ciera, João de Loureiro, José Correia da Serra e Félix de Avelar Brotero.

O poder régio passou progressivamente a orientar o movimento de promoção de uma atitude científica “metódica” e de elaboração de um inventário do ultramar. Os jardineiros do Gabinete contavam com o apoio do poderoso ministro do ultramar para o aumento das coleções, proporcionando assim uma visão mais completa do chamado “Teatro da Natureza”, como era caracterizado o mundo colonial ultramarino pelos intelectuais-burocratas luso-brasileiros.

Entre os portugueses a dinâmica do encontro com a natureza trazia, entretanto, no seu bojo a especificidade da relação luso-brasileira metrópole/colônia, talvez única no contexto europeu. Os iniciados na cultura científica pragmática e utilitária, que o iluminismo fez questão de exportar para toda a gente, transmitiam de uma forma acelerada os seus conhecimentos ao cotidiano das côrtes do antigo regime. Se há uma intercessão entre a produção ilustrada continental e a tradição peninsular, esta ocorre pelo “sentimento da natureza” presente singularmente entre os lusos a partir de uma determinada forma de apropriação utilitária do “acontecimento” cultural e transepocal novomundista. Diversamente de outras experiências continentais, os portugueses pretendiam alcançar a regeneração da metrópole precisamente no mundo natural, numa espécie de dialética do deslocamento do “pacto colonial” pela via da natureza. Para tanto, fazia-se mister uma aproximação concreta com os “três reinos da natureza” presididos pelo projeto de elaboração de uma história natural das colônias. A criação da atmosfera propícia à emergência de uma cultura científica à época da “viradeira” deveu-se, em grande medida, à institucionalização do Gabinete de Vandelli e Mattiazzi.

A divulgação dos chamados “impressos” era autorizada basicamente pelo Ministério do Ultramar. Os estudos eram assinados pelos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa sob a forma de textos originais ou mesmo traduções comentadas, sempre em consonância com as necessidades e demandas dos naturalistas responsáveis pelos



estabelecimentos científicos. Os temas dos “impressos” versavam, em última análise, sobre as necessidades imediatas do poder régio, no que tange ao cumprimento rigoroso dos cânones da política fomentista de cariz científicista projetada pela Academia das Ciências. Isto quer dizer que fazia-se mister a adoção do receituário do Gabinete de história natural também pela via da “leitura”, ou seja, através de um determinado padrão de esclarecimento fundado numa mentalidade reformista internalizada por intelectuais e burocratas, o que acabou por se constituir numa espécie de pré-condição para o sucesso das missões dos naturalistas pelo Novo Mundo.

A experiência da conquista e a decodificação da “região”, aliadas à leitura dos “impressos”, deveriam ancorar o conhecimento acerca do Novo Mundo. O processo de transformação do “exclusivo natural” das colônias em “objetos” de consumo científico e/ou suntuário foi o resultado de um amplo movimento, dotado de características multiseculares, tributário das descobertas sucessivas das potencialidades ultramarinas.

A botânica assumiu um lugar privilegiado entre os burocratas de Queluz, assim como no interior dos espaços de sociabilidade intelectual lisboetas e coimbrãos. Foi criado um enorme contingente de observadores e exploradores, entre os quais o naturalista sueco Lineu, que iniciou no século XVIII o sistema de classificação por espécies e famílias. Este ilustrado talvez tenha se convertido numa das principais influências teóricas do reformismo português utilitário, pela sua conexão concreta com a prática científica voltada para as viagens filosóficas. Não era importante celebrar todas as correntes filosóficas do naturalismo, era importante isto sim, reconhecer dentre estas linhas, qual a que melhor serviria ao intuito do poder régio.

A cultura científica portuguesa soltava as amarras, desgarrava-se da sua secular dimensão pedagógica e assumia contornos decisivamente comprometidos com a prática, através de uma nova atitude mental e política sugerida e parcialmente inspirada pelo pombalismo e, posteriormente, alavancada pela “viradeira”. Esta nova feição cultural apresentava uma clara adesão aos esquemas mentais ilustrados mais gerais a serviço da Coroa Emergiu dos Laboratórios e dos Gabinetes de história natural uma espécie de corpo de práticos utilitários que serviam à Coroa e, ao mesmo tempo, simulavam uma autonomia de pensamento, pois estavam todos efetivamente atrelados às orientações do Estado e, conseqüentemente, às suas demandas.

O ponto essencial para nós diz respeito ao impacto de todo este esforço naturalista-utilitário refletido em um tipo de mercantilismo-fomentista reestruturado no período da “viradeira”. Entendemos a política econômica das monarquias modernas também como uma visão estratégica e inovadora da ação do Estado burocrático.

No momento em que estes homens de Estado adequaram ou amalgamaram diversas concepções de mundo, acirraram tensões internas e transformaram o ecletismo reformista numa forma de ação estatal, tendo o monopólio novamente como o seu eixo principal. Os Gabinetes atuaram como células deste movimento mais global que atravessou o pensamento luso-brasileiro na “época da viradeira”. Mattiazzi e, principalmente, Vandelli atuaram pontualmente, imersos em um contexto mais amplo das mudanças paulatinamente exibidas pelos reformadores do ultramar.

O Museu de História Natural da Universidade de Coimbra foi inicialmente composto dos espécimes trazidos por Vandelli da Itália. O acervo do Museu foi progressivamente acrescido do material recolhido por Vandelli em Lisboa e Coimbra, sendo assim organizado o que o naturalista italiano chamava de Teatro da Natureza.

A orientação pragmática foi dominante durante os períodos mariano e joanino. Neste sentido, a Universidade de Coimbra teve um papel decisivo na difusão de um novo saber no período pós-pombalino. Este novo saber contemplaria o estudo e os ensinamentos advindos das ciências físico-químicas e naturais. Seria constituído de um conjunto de cursos dedicados a investigações da natureza, os Teatros, como eram chamados os centros de atividade prática de dissecação, classificação de plantas úteis, isolamento de substâncias e invenção de artefatos mecânicos. A reforma da Universidade deveria articular esses centros de geração de conhecimento. Sendo assim, além do Museu de História Natural, o Laboratório químico surgiu na nova Faculdade como uma necessidade premente “... no qual, além de se fazerem as Experiências relativas ao Curso das Lições, se trabalhe assiduamente em fazer as preparações, que pertencem ao uso das Artes em geral, e da Medicina em particular”. Para dirigir este Laboratório foi chamado Vandelli, que havia sido nomeado, pelo decreto de 11 de setembro de 1772, lente da cadeira de História Natural e de Química.

A necessidade de conhecer o mundo natural, de investigar os fenômenos físicos e químicos, relaciona-se também, de certo modo, com a tomada de consciência da crise

econômica e financeira em que o reino se encontrava no final da administração pombalina. A Universidade de Coimbra foi permeada, nos primeiros anos que se seguiram à reforma pombalina, pelo avanço da ciência moderna. Racionalismo, experimentalismo e jusnaturalismo podem ser chamados de grandes linhas de força do ensino universitário coimbrão.<sup>8</sup> A aproximação com o ideário ilustrado foi intensificada na “época pombalina” e teve seus desdobramentos no reinado de D. Maria I. A apropriação deste ideário assumiu novos contornos no período compreendido entre a queda de Pombal e a invasão francesa de 1807/8. Uma das vertentes mais vigorosas do pensamento luso pós-pombalino foi justamente a de inspiração naturalística, que aliou as necessidades do reino em crise econômica com as novas concepções da ciência moderna. A Universidade de Coimbra teve um papel importante também no sentido de abrigar vários naturalistas que mais tarde deram continuidade às suas investigações na Academia das Ciências (a partir de 1779). Esta foi um centro de gerador de idéias num período de fomento ao espírito científico, em face do apoio dado pelo despotismo ilustrado. Os progressos realizados nas ciências naturais e na economia política, através de uma maior adesão aos esquemas mentais ilustrados, migraram da Universidade pombalina (Coimbra) para a Academia mariana (Lisboa).

Foi exatamente nesse período de transição que as atividades de Vandelli se complexificaram. O naturalista dedicava-se ao Museu, ao Laboratório e ao Jardim Botânico de Coimbra. Nesta, organizou-se o núcleo inicial do Museu de História Natural, constituído pelas coleções que pertenciam a Vandelli. A reforma da Universidade, a criação do Museu e do Jardim Botânico de Coimbra configuraram uma aproximação com os esquemas mentais ilustrados e evidenciaram uma nova concepção de ciência entre os lusos. Tornara-se então evidente que o Estado português, ao promover os estudos científicos como parte da política fomentista, tinha em mira o engrandecimento das Artes e a recuperação econômica do Reino, sendo estas as prioridades reais.

A criação do Jardim d’Ajuda dá a exata medida da necessidade da integração entre os estabelecimentos científicos e da ampliação da quantidade de remessas vindas do ultramar. O Real Jardim Botânico d’Ajuda, o Laboratório de Química Experimental e o Museu de História Natural estavam integrados, juntamente com o Jardim Botânico de Coimbra, ao espírito dos estatutos de 1772 que reformaram a Universidade de Coimbra. Estes

---

<sup>8</sup> Isabel Nobre Vargues. Op. cit., p. 256-257. CF. Também Teófilo Braga. *História da Universidade de*

estabelecimentos de investigação científica experimentavam, aclimatavam e tornavam as produções naturais úteis ao reino. Dependiam dos estudos realizados nas seis disciplinas que constituíam o curso da Faculdade de Filosofia: Química, Lógica, Metafísica, Ética, História Natural e Física Experimental.

Vandelli (como diretor do jardim) e Mattiazzi (como jardineiro) lançaram-se à execução do projeto absolutista ilustrado de realizar uma História Natural do Reino e de seus domínios. Vandelli ficou em Coimbra para organizar o jardim da Universidade e dirigi-lo em sua primeira fase. Vandelli reproduzia no Museu o que os naturalistas colhiam nas colônias. Depois disso, refletia sobre o que “via” no mundo colonial, sob a forma de Memórias, científicas ou econômicas, ou as duas coisas em uma só Memória. A montagem do Teatro da Natureza ia paulatinamente se aprofundando entre os naturalistas lusos. As viagens filosóficas e os estabelecimentos científicos aliados à política fomentista do Estado luso iam se constituindo em bases da vertente ilustrado-naturalista do reformismo português pós-pombalino.

Em sua *Relação da origem e estado presente...*, Vandelli explica como funcionam os estabelecimentos científicos em Portugal. Todas as “Casas de Ciência”, como alguns memorialistas as denominavam, tinham o papel de classificar e dar utilidade ao material coletado nas viagens filosóficas.

Os jardins em Portugal, tal como no resto da Europa Centro-Occidental, foram pouco a pouco abrigo do espírito especulativo das Luzes. Num primeiro momento, deve-se frisar o caráter utilitário dos jardins, para num segundo entendê-los como estabelecimentos de caráter científico, introduzindo, desta forma, um campo de vasta cultura dentro do reino vegetal. Podemos dizer que até a Renascença a grande maioria dos jardins não passava de hortos botânicos. Com esse movimento cria-se uma nova concepção: o horto perde o caráter utilitário e transforma-se num recinto de prazer em que a vista se delicia com uma riqueza extraordinária de elementos arquitetônicos que predominam sobre a parte vegetal. As coleções de plantas organizadas segundo sistemas em que predomina o caráter taxonômico voltam com força no século XVIII, num momento em que o ideário ilustrado introduz uma perspectiva integrada do conhecimento, podemos assim dizer, utilizando-se de critérios mais abrangentes em função dos quais os três reinos da natureza (vegetal,

---

*Coimbra (1700 a 1800)*. tomo. 3. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1898.

mineral e animal) se encontram ordenados em um Sistema da Natureza. Nesse momento, os jardins assumem uma nova feição (via enciclopedismo) em grande parte da Europa Centro-Occidental. Assim, com relação à Europa, alguns jardins botânicos foram criados com o intuito de ensinar de uma forma prática a história natural, para que, desta maneira, fosse viável aprender as lições que a Natureza oferece ao homem. No século XVIII a ênfase na importância dos jardins fez surgir em Portugal o primeiro Jardim Botânico em novos moldes, com um fim marcadamente de ensino e de culto à vida científica. A maneira de colecionar deixa de ser desordenada e passa a obedecer a sistemas que então os taxonomistas indicavam ser os melhores. É nessa ordem de idéias que nos aparece um plano de Jardim como uma coleção de plantas classificadas e ordenadas, ao passo que o restante do terreno era dedicado a ensaios de caráter investigativo, onde realizavam-se experiências com plantas trazidas do ultramar.

O jardim composto é, em parte, resultado do movimento de idéias concomitantes às transformações políticas e sociais que eclodiram no século XVIII, e que tiveram um equivalente na evolução dos jardins. Nesse sentido, podemos afirmar que o jardim de transição ainda retém as antigas formas (clássicas) em sua estrutura, e passa a conviver com o jardim composto, que nada mais é do que o lugar privilegiado da Natureza, outrora lugar da intimidade, e que progressivamente torna-se o “locus” da classificação, ou, poderíamos mesmo dizer, da sociabilidade intelectual. Os jardins da Luzes tiveram, portanto, uma dupla função: (1) Eram locais onde filósofos, jardineiros e naturalistas se encontravam, eram retratados ou mesmo apenas idealizados como pertencentes ao mundo botânico. (2) Eram centros de investigações e de classificação de plantas úteis e exóticas trazidas do Novo Mundo.

Portugal não ficou distante destes dois mecanismos gestores dos jardins ilustrados. Em primeiro lugar observaremos a formação do Jardim Botânico d’Ajuda. Criado em 1768, no reinado de D. José I, com o apoio do marquês de Pombal, numa quinta do sítio de Nossa Senhora da Ajuda que D. José I tinha comprado ao conde da Ponte, o Jardim Botânico da Ajuda foi o primeiro a ser criado em novos moldes, com fins marcadamente de ensino, em que as plantas deixam de ser colecionadas desordenadamente, passando a obedecer às regras indicadas pelos taxonomistas da época. Anexo ao Jardim Botânico d’Ajuda funcionavam dois departamentos: um Laboratório Químico e uma Casa do Risco. No

Laboratório, além da atividade desenvolvida no campo da investigação mineralógica, efetuavam-se as análises químicas dos produtos vegetais e dos solos para o seu aproveitamento na agricultura. Na Casa do Risco, tal e qual em Coimbra, os desenhistas e naturalistas “riscavam” (desenhavam) as plantas, com destaque para as que fossem úteis à agricultura e ao comércio. No Jardim d’Ajuda ia sendo gradualmente fomentado o estudo da história natural, assim como a instrução dos botânicos e todos os que quisessem dedicar-se a deslindar os “segredos do mundo vegetal”.

Os jardins seriam extremamente apropriados ao culto à Natureza na sua dimensão de ode à Criação e, essencialmente, como suporte da atividade econômica, que tinha na agricultura um dos elementos salvadores do Império em crise.

### **Conclusão: a natureza brasileira como espelho do novo mundo**

A apropriação da Natureza consubstanciava-se não só nas produções naturais das colônias mas, também, se refletia na utilização do vocabulário das Luzes, do processo de comunicação entre os letrados de diversas partes da Europa, feito através da exploração de temas como a Agricultura e a História Natural. Havia uma apropriação material das palavras iluminadas sob a forma de práticas-discursivas que detectavam os problemas e apontavam os campos de ação efetiva dos intelectuais-ilustrados de base naturalista e armados pelo Estado. A forma alegórica da Natureza foi progressivamente reordenada pela Academia das Ciências e substituída por uma imagem do Mundo Natural das colônias alicerçada na observação e na experiência. O olhar viajante sobre as colônias deveria vir acompanhado da formação básica contida nas Instruções, nas correções sobre as remessas de produtos naturais das colônias para a metrópole, assim como nas Memórias Econômico-Científicas, sempre acompanhadas dos seus diagnósticos sobre assuntos ou temas pontuais previamente indicados pela Academia como problemas a serem resolvidos pelos Sócios.

O programa reformista da Academia Real das Ciências de Lisboa, voltado para a elaboração de uma História Natural das Colônias, mobilizou intelectualmente o “universo” letrado do reino e do império ultramarino, após a época pombalina, em torno da recuperação material de Portugal, e alterou os caminhos da ilustração luso-brasileira. O movimento memorialista da Academia projetou Portugal para o futuro quando refletiu sobre as possibilidades de regeneração do reino “enfermo” através da natureza colonial.

A outra esfera de atuação dos acadêmicos referiu-se ao mecanismo de controle do Novo Mundo que consistiu no transporte ou, como se denominava à época, nas remessas das “criaturas brutas” para que em Lisboa fossem expostas como num Anfiteatro da Natureza. A dinâmica da reprodução do espaço colonial fazia parte de uma estratégia do *Mundo de Queluz* na direção de um “redescobrimento” do império colonial ultramarino, cujo objetivo principal era romper com a “opacidade” da natureza colonial, precariamente compreendida pelos exploradores luso-brasileiros. A ciência metropolitana pretendeu contribuir para o desenvolvimento de uma cultura investigativa que pudesse ser disseminada pelo império colonial, formando assim uma espécie de “ethos ultramarino” capaz de romper com o isolamento dos luso-brasileiros relativamente ao cosmopolitismo das Luzes e das reformas que cada vez mais invadiam o território europeu. Os portugueses queriam fazer parte disto para então empreenderem o mais desejado: o reencontro com a sua própria história projetada no espelho do Novo Mundo.